

## INTRODUÇÃO

ANTÓNIO MATOS FERREIRA\*

Religião e cidadania, dois termos que transportam uma enorme actualidade, mesmo se povoada por múltiplas contradições e conflitos. A primeira expressão diz fundamentalmente respeito ao sentido das relações e da pertença, à natureza dos vínculos associados à valorização e ao crédito depositado no agir e na percepção da realização individual e social, surgindo como factor de coesão ou de tensão social, remetendo para níveis de identificação, de disciplina e de enquadramento. O segundo termo, associado às sociedades liberais, democratas e abertas, surge como direito e como dever, na construção das instâncias do poder nas sociedades e do protagonismo contratual do indivíduo e dos seus laços.

A modernidade contemporânea, compreendida a partir destas duas referências, assinala a concorrência e a convergência destas duas realidades definidoras da correlação entre verdade, autoridade, liberdade e consciência. A interacção destes quatro pólos são a teia na qual se tem dado a recomposição do campo do religioso e, também, a do político. Todavia, estas realidades, nos seus ajustamentos e desajustamentos, apresentam uma historicidade que importa considerar e perceber, particularmente analisando a diversificação de mediações e de modalidades sobre a convivência destas duas dimensões na realidade individual e colectiva, identificada ou não socialmente com determinada denominação ou contestando a pertinência das instituições do religioso ou aquelas que expressam a existência do Estado. A religião e a cidadania são instâncias de identificação, mas também de participação ou de resistência, de indiferença ou de protagonismo.

Esta publicação reúne um conjunto de estudos inicialmente apresentados em Jornadas de Estudo que marcaram durante três anos sucessivos as etapas da investigação realizada no âmbito do projecto «Os católicos portugueses na política do século XX – a reflexão e intervenção de duas gerações: António Lino Neto e

---

\* Investigador Responsável pelo projecto «Os católicos portugueses na política do século XX – a reflexão e intervenção de duas gerações: António Lino Neto e Francisco Lino Neto» (PTDC/HAH/66756/2006), desenvolvido no Centro de Estudos de História Religiosa entre Setembro de 2007 e Outubro de 2010.

Francisco Lino Neto». O projecto foi desenvolvido por uma equipa constituída por António Matos Ferreira, Bruno Cardoso Reis, João Miguel Almeida, Jorge Revez, Sandra Duarte e Tiago Pires Marques, com o apoio da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT). Houve, no conjunto deste projecto e nas suas iniciativas, uma participação mais alargada de outros investigadores, dos quais se destacam Guilherme Rodrigues Sampaio, Luís Lima, José António Rocha, Rita Mendonça Leite e Sérgio Ribeiro Pinto.

Com o conjunto destes trabalhos, agora editados, pretende-se fazer um balanço do conhecimento historiográfico sobre a realidade religiosa do Portugal contemporâneo, com elementos comparativos com Espanha, para além das dimensões institucionais, tradicionalmente centradas nas relações entre o Estado e as Igrejas. Assim, apresentam-se diversos trabalhos que, envolvendo distintos níveis de pesquisa, permitem aquilatar da complexidade da realidade social, cultural e mental, em diferentes domínios, do campo definido pelas pertenças e pelas dissidências no campo do religioso.

Nestes estudos, referentes a um ambiente de hegemonia católica e a um lento processo de desconfessionalização da sociedade, atendeu-se à dimensão da diversificação cultural e mental ocorrida nos períodos do liberalismo constitucional, do radicalismo republicano e do autoritarismo antidemocrático, bem como no processo recente de democratismo europeísta. A óptica escolhida, porque em torno de uma dimensão simultaneamente pessoal e social do religioso sempre mais amplo do que os contornos nacionais, procurou atender a um conhecimento comparativo, nomeadamente com contribuições que permitem examinar certas dimensões dos interfaces do religioso com o todo sociopolítico no contexto ibérico.

Os trabalhos dessas três Jornadas de Estudo, agora em parte reportados, correspondem às seguintes temáticas: Politização dos católicos e motivações religiosas (2008); Crentes e políticos: protagonistas sociopolíticos na sociedade portuguesa contemporânea (2009); e, Organizações e movimentos: dinâmicas de socialização (2010). Estas problemáticas são, portanto, aqui apresentadas como que constituindo três planos ou estratos da realidade societária, em tempos diferenciados, em articulação com distintos acontecimentos e protagonistas. Assim, revisita-se uma das principais características societárias da modernidade, isto é, a correlação entre a utilidade e o agir, como traço de dimensão existencial, individual e colectiva, que se designa correntemente por «militância». Esta expressão correspondeu a formas de entendimento vário do modo de estar em sociedade, de entender o sentido da actuação e da finalidade da intervenção cultural e sociopolítica, sempre trabalhadas por dimensões escatológicas, mais ou menos secularizadas, as quais se entreteciam com mais ou menos retórica no novelo da decadência como situação e da regeneração como desígnio.

Neste contexto, sublinhar a referenciação da hermenêutica historiográfica para o domínio da complexidade não corresponde a um subterfúgio, mas a uma

necessidade operativa. A questão central do labor historiográfico diz respeito ao que se pretende alcançar com a pesquisa, e esta resulta, na sua fecundidade, das perguntas que se está disponível para colocar à documentação e aos distintos níveis de conhecimento já alcançados. Não se trata propriamente de «uma questão de teses», mais ou menos correctas ou justas sobre este desiderato de conhecer o passado, pois todas as sociedades ou comunidades humanas têm necessidade de estabelecer uma memória que forneça um sentido colectivo, mas este não pode esvaziar as questões antropológicas ligadas ao conflito, à violência, ao poder e ao domínio, às dimensões psicossociais e individuais. Isto é, a percepção dos acontecimentos e das respectivas vivências não é redutível à justificação mecânica da produção causa-efeito (consequência).

Muitas vezes, associam-se ao labor historiográfico duas tentações, compreensíveis, mas inadequadas a esse mesmo trabalho. Por um lado, observa-se e reflecte-se o passado como se tudo fosse constante e cíclica repetição, donde resultam certas «chaves de interpretação», como por exemplo análises centradas em pólos opostos e antagónicos em torno do «obscurantismo da religião» ou da «perseguição religiosa», pretendendo-se constituir explicações totais de uma determinada realidade, situação ou conjuntura. Mas, obviamente, estes procedimentos são interpretações que pertencem e expressam esse mesmo conflito e acabam por não colocar as perguntas da multiplicidade das legitimidades concorrenciais. Por outro lado, as mudanças ou transformações societárias são tomadas como se fossem definitivas e inequívocas, óbvias e mecânicas, construindo ou acompanhando explicações fortemente reducionistas, não sustentadas por uma análise aprofundada da realidade, acabando por prevalecer a insistência sobre teses como «o “natural” desaparecimento ou decadência do religioso», como se esta dimensão fosse em si mesma imutável e circunscrita ao institucional ou ao eclesiástico, ou, então, pela persistência de uma compreensão sobre essas alterações societárias como «o inevitável progresso da realidade material esvaziada do espiritual».

Actualmente, muitas pessoas consideram com frequência que fazer história resulta do simples facto de se contar ou de se discorrer sobre o passado. Parece bastar-lhes isso tão-somente: urdir o que consideram ser os factos. Adverbiam a reflexão com a expressão «historicamente falando» para se buscar uma legitimidade, escamoteando que a reflexão histórica parte sempre das questões que se debatem socialmente no presente e do modo como estas são transportadas pelos investigadores e se integram num debate cultural, necessariamente aberto.

Por vezes, essa atitude instrumental do conhecimento histórico produz ou corresponde a um efeito de «maravilhoso», em sentido quase «mágico», pela simples evocação de que determinada afirmação é «histórica», confundindo a disciplina da pergunta com formas teleológicas de impor verdades ou de coagir

os outros – sempre os outros – a interiorizarem verdades, para se poder apontar sempre o erro – o «erro do outro», um certo ajuste de contas.

Este tipo de atitudes, intelectuais e ideológicas, tornam o estudo e o ensino da história como mero instrumento indutor de moralização ou de justificação, o que é totalmente distinto da sua função hermenêutica e pedagógica em ordem à compreensão da complexidade como constante referência crítica da consciência individual e social. A história tem sido constantemente utilizada por muitos autores como suporte do seu agir político ou para a crítica do actuar de outros. O mesmo se pode afirmar quando está em jogo o protagonismo societário das instituições.

Esse tipo de actividade intelectual mantém-se mesmo quando a palavra, apesar de forçada, se sobrepõe ao agir próprio e legítimo na sociedade onde a liberdade como prática já permitiria que a reflexão histórica proposta não se confundisse com o utilitarismo ou a instrumentalização para determinar qualquer ordem social ou mental. Estes comentários em torno do labor historiográfico, referidos em várias ocasiões no percurso em comum deste projecto de investigação sobre «Católicos na política», próprios de muitos outros domínios do saber, tornam-se imprescindíveis para quem estuda e escreve história, enquanto indagação e não como mera formulação de discursos legitimadores.

Assim, esta publicação, reunindo uma grande diversidade de contribuições, pretende oferecer uma paleta de variações de discursos e de perspectivas, procurando compreender múltiplos e variados contornos do agir e das respectivas legitimidades procuradas, expressas no debate de cada época e nas distintas modalidades da relação entre o terreno religioso, a realidade da sociedade e a do Estado.

Alguns destes estudos integram uma dimensão de compreensão teológica, sistemática e eclesiológica, a qual permite alargar a relevância das questões abordadas, não circunscritas à simples medida do político, mas destacando a multiplicidade das mundividências, o carácter dos personagens e intervenientes epocais, donde emerge a diversidade de posições sobre a relevância e o estatuto da religião e as distintas denominações na sociedade.

Globalmente, a problemática deste conjunto de estudos inscreve-se na «questão religiosa», enquanto expressão da autonomia do indivíduo na sua consciência e da religião como prática, própria da correlação e da concorrência entre as condições do «crente cidadão» e do «cidadão crente», ao mesmo tempo que diz respeito ao lugar das instituições religiosas na sociedade, ao seu protagonismo e às distintas acepções de influência pública. Nas sociedades ibéricas, mesmo se em circunstâncias e com ritmos diferenciados, esta influência é disputada e concorrenciada por outras instâncias de sentido, nomeadamente pelo Estado, na medida em que este encarna nas suas formas de poder essas mesmas contradições. Esta disputa resulta dos interesses particulares e de grupo, mas também do debate do que se pode, em determinada época, considerar «bem comum», enquanto legitimação dessa pretendida militância e preponderância.

Esta publicação, como outras da iniciativa do Centro, procura apresentar o labor de novas gerações, de quem vem trabalhando afincadamente em novos fundos documentais, integrando os recentes contributos de conhecimento sobre o terreno do religioso, distanciando-se de «reconstruções instrumentais e selectivas de memória», mais ou menos individuais ou familiares, institucionais ou de correntes, recolhendo a dimensão testemunhal, mas procurando contribuir com rigor acrescido para uma reflexão crítica permanentemente aberta e integradora. Trata-se de compreender como na época contemporânea – em contexto da Monarquia Constitucional, da Primeira República, do Estado Novo e do Estado Democrático – os católicos descobriram, valorizaram e situaram, ou não, a actividade política como factor da sua pertença religiosa. Isto é, como colocam a relação entre a pertença confessional e o exercício da cidadania.

Num primeiro momento, os estudos apresentados destacam como diversas sensibilidades religiosas sustentam ou condicionam escolhas ideológicas e partidárias. Procuram entender o trânsito do religioso ao político e como este marca a vivência daquele. Procuram também compreender como o campo do político molda a experiência religiosa e como esta condiciona a percepção do político e da actuação (intervenção) dos católicos na sociedade.

Na progressiva autonomia do religioso que marca a época contemporânea, em convergência com a formação de uma sociedade de cidadãos, os católicos descobriram e assumiram diversamente, no espaço da sua vivência religiosa, a possibilidade de uma intervenção política. Quando a actividade política, sob diversas formas de intervenção, é desenvolvida a partir do campo do religioso, católico ou outro, estamos perante a concretização e uma manifestação de secularização, ou seja, uma progressiva deslocação da dimensão religiosa, antes entendida num quadro coerente e estruturado de sociedade de cristandade, para uma participação multiforme e multifacetada, em concorrência com outras instâncias sociais e culturais.

Nesta alteração comportamental, verifica-se um conjunto de momentos-chave, de tensão e conflito, entre a visão de um terreno religioso em recomposição, que tem muitas vezes propostas concretas, e um projecto de reelaboração da sociedade, onde o peso da matriz católica ou anticatólica tem grande significado nos espaços peninsulares. Todavia, a emergência de um quadro de resistência a partir do religioso acaba por criar uma dualidade fracturante: o modelo da união em contraponto com o da pluralidade.

As motivações dessa intervenção política apresentam uma enorme diversidade, não coincidente e por vezes concorrencial: porque é preciso recristianizar uma sociedade influenciada pelo laicismo e por outras ideologias consideradas destruidoras de uma harmonia política e social; porque determinados regimes políticos põem em causa a vivência religiosa, seja pela instauração de um novo projecto para a sociedade, seja pela incompatibilidade entre os Evangelhos, o

pensamento emanado de Roma ou a doutrina da Igreja, e o curso de acontecimentos e rumo de um dado regime; porque os católicos, por exemplo, assumem que têm um programa para a sociedade e reclamam essa intervenção no quadro de uma sociedade de cidadãos; porque o catolicismo e outras correntes cristãs manifestam, em determinadas ocasiões, uma dimensão de radicalidade que exige ou aponta para uma ruptura imediata ou uma revolução; porque os crentes, no âmbito da sua vivência do religioso, defendem um quadro de valores que está a ser posto em causa por regimes ditos progressistas ou conservadores; ou ainda, porque numa dimensão de vivência individual do religioso, os crentes (nomeadamente os católicos) reclamam, mesmo no seio de forças políticas diversas, um espaço de intervenção próprio.

Pode-se, assim, considerar que a politização dos crentes enquanto dinâmica específica, com particular evidência entre os católicos, é um fenómeno apenas possível no quadro de uma sociedade de cidadãos, num ambiente de disputa entre legitimidades distintas e de concorrência entre propostas e projectos diversos para a sociedade.

Quando se considera, de modo mais atento, este processo de identificação e participação política, encontram-se situações muito distintas. Nomeadamente, entre uma participação individual, no seio de grupos políticos não confessionais; uma participação de grupos políticos organizados e identificados de modo confessional; e uma participação apenas cívica, de cariz público, mas sem uma organização concreta com vista a um fim, seja ele eleitoral ou de mudança política efectiva. Por exemplo, no caso dos católicos existe a possibilidade de intervir como decorrente, quer da sua formação e experiência religiosa, quer de razões políticas que a dada altura fazem emergir a sua condição católica como estratégia ou como denominação de campo sociológico.

Os estudos feitos sobre os percursos dos protagonistas desta interação entre religião e cidadania, não esgotando a complexidade das conjunturas, permitem, contudo, perceber de forma mais adequada matizes do pensar e do agir que marcaram as sociedades ibéricas numa determinada época.

Muitas vezes, o discurso historiográfico cita personalidades para identificar circunstâncias ou exemplificar comportamentos, mas nem sempre conhecendo ou reconhecendo suficientemente as suas trajetórias, nem se detendo a captar a singularidade dessas suas intervenções. Não se trata de qualquer hipervalorização de uns em detrimento de outros, mas da constatação de que as sociedades e a sua história existem porque constituídas por pessoas. As ideias, as instituições e as práticas são sempre corporizadas por alguém. A formação das instâncias de poder, se tem uma dimensão legal e institucional, é também constituída por alianças e redes entre pessoas e grupos.

Neste contexto, perceber a relação entre motivações religiosas e intervenção política, como exercício de cidadania, a partir do estudo de percursos de crentes

em diversas conjunturas políticas, desde os finais do século XIX aos processos recentes de democratização das sociedades peninsulares, conduz-nos à relevância do estudo de biografias para a renovação do conhecimento historiográfico sobre a complexidade do tecido do religioso.

Os resultados do trabalho de investigação agora publicados apontam para alguns objetivos alcançados e a prosseguir, nomeadamente: a necessidade de se superar a dicotomia entre conservadores e progressistas como estereótipo descritivo da realidade societária; a relevância de compreender a estruturação dos protagonistas para além de uma questão de «elites sociais», mas descortinar como se formam e se desenvolvem as lideranças sociais formadas no âmbito das instituições religiosas, donde a importância de entender a problemática religiosa na sua dimensão de educação em sentido amplo e não só no da reprodução doutrinal; necessidade de atender a aspectos específicos da composição da relação entre a religião e cidadania através da integração da dimensão internacional das várias denominações nas suas características específicas, através das redes sociais e familiares, dos problemas geracionais e dos itinerários sociais; integrar uma aproximação antropológica que atenda às distintas formas de culto e de espiritualidade, em torno das quais se reelaboraram projectos de recristianização da sociedade, onde se verificaram a superação de certos paradigmas, como por exemplo o da «caridade pastoral» em contraponto ao «empenhamento pela justiça social», dando lugar a uma reatualização da questão da conversão, redefinindo novos patamares como lugares possíveis de transformação da sociedade. Novas temáticas tomam pertinência na investigação, como a de compreender a secularização enquanto processo de relação e confronto entre a convicção e a crença.

Ao ter-se procurado realizar uma análise de forma comparativa, entre ambientes e épocas, pretendeu-se também perceber os modelos de organização na sua contextualização e evolução que, originados no seio das correntes religiosas, constituíram e ofereceram instâncias de participação e de intervenção cidadã na sociedade. Estes estudos visam proporcionar um conhecimento mais fino, mais apurado e detalhado, do modo como se constituem, como se organizam e como funcionam diversas estruturas e experiências que, marcadas pelo desiderato religioso e espiritual, modelaram níveis de funcionamento da sociedade, e do modo como estas mesmas experiências e instituições conformaram o campo do religioso e do social.

Existe uma tradição corrente de historiar muitas destas experiências com um esquema bastante simplificador, nomeadamente no que respeita ao catolicismo, considerando essa dinâmica institucional, em particular em relação aos movimentos laicais, em três etapas ou modalidades: as que se situam antes da Acção Católica Portuguesa (ACP), a ACP propriamente dita e aquelas experiências que surgem depois, como que um pós ACP. Se esta abordagem pode ter alguma plausibilidade, confina-se demasiado ao terreno do catolicismo e, dentro deste, a uma determinada

visão. Existem, de facto, traços comuns na multiplicidade organizativa dos grupos e das correntes religiosas; porém, o que está em causa é a natureza da respectiva tipologia de organização e as modalidades de articulação mais ou menos eficazes, nomeadamente no padrão de presença e de exercício da autoridade eclesiástica, católica ou não-católica. O associativismo religioso foi sempre uma dimensão de modernização e de conservação dos aparelhos religiosos, das suas temáticas e lideranças. Donde, as temáticas da religião e da cidadania serem também aferidas pelas dinâmicas organizativas que proporcionam, pois nelas se conjugam dimensões de envolvimento pessoal, vivências e representações decorrentes do espiritual e, com grande importância, sociabilidades que influenciam o comportamento cívico, assim como este coloca internamente desafios às dinâmicas eclesiais.